

Resenha do livro “Histórias de ensino no Brasil: volume 2”



STAMATTO, Maria Inês Sucupira; NETA, Olivia Morais de Medeiros (Org.). **Histórias de ensino no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2017. Volume 2. 162p.

Débora Peruchin

Universidade de Caxias do Sul – UCS – Caxias do Sul/RS – Brasil
dperuchin@ucs.br

Para citar esta resenha:

PERUCHIN, Débora. Resenha do livro “Histórias de ensino no Brasil: volume 2”. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 332-338, jan./abr. 2019.

DOI: 10.5965/1984723820422019332

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723820422019332>

Este texto constitui-se em uma resenha do livro “Histórias de Ensino no Brasil”, volume 2 da coleção de mesmo nome, organizado por Maria Inês Sucupira Stamatto e Olivia Moraes de Medeiros Neta, pesquisadoras e professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O livro foi publicado em 2017 pela Editora Ideia, em João Pessoa-PB. Organizado em 162 páginas, apresenta oito capítulos escritos por diferentes autores envolvidos com a UFRN (docentes ou discentes do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, principalmente na área de História da Educação).

Maria Inês Sucupira Stamatto explica que a Coleção Histórias de Ensino no Brasil foi organizada com a intenção de reunir informações e estudos de pesquisas sobre o ensino no Brasil. Para a organização do volume 2 da coleção, foram selecionados textos sobre agentes da ação de ensinar: quatro textos que abordam agentes individuais (pessoas que contribuíram com suas ideias para o ensino brasileiro) e três textos que se referem a agentes coletivos (por meio de ações governamentais).

No capítulo introdutório, “Histórias de ensino? Por quê?”, Maria Inês Sucupira Stamatto explica brevemente o surgimento da aprendizagem de leitura e escrita, desde a invenção do alfabeto pelos fenícios até o início dos processos de alfabetização no Brasil colonial. Propõe refletir a respeito da ação de Portugal sobre o ensino na América colonial e destaca a influência dos estudos de educadores como John Dewey, divulgados no Brasil por Anísio Teixeira com a difusão da Escola Nova nas décadas de 1920 e 1930. A partir disso, questiona como essas ideias foram sendo apropriadas no país, moldando e/ou transformando o processo de ensino brasileiro.

O capítulo “Contribuições de Malba Tahan para a formação do professor de matemática (1950-1970)” é escrito por Enne Karol Venancio de Sousa e Márcia Maria Alves de Assis. Malba Tahan, pseudônimo de Júlio César de Mello e Souza, publicou diversas obras relacionadas ao ensino de Matemática, ministrou cursos de formação de professores no país e contribuiu de maneira efetiva para a produção de materiais didáticos do Ministério da Educação.

As autoras destacam a importância de Malba Tahan para o ensino e para a formação de professores de Matemática, com a apresentação de propostas inovadoras e contrárias ao modelo vigente na época, que era afastado da realidade e marcado pelo rigor e formalismo. Para ele, o ensino de Matemática deveria envolver atividades lúdicas,

como jogos e brincadeiras, para favorecer a motivação e as interações em sala de aula, promovendo uma aprendizagem prazerosa e significativa. Além disso, defendia que o ensino deveria estimular o raciocínio lógico e partir de situações reais para progressivamente chegar à abstração.

As autoras também apresentam brevemente acontecimentos que colaboraram para o desenvolvimento da formação do professor de Matemática, como o Congresso Brasileiro de Ensino de Matemática, que ocorreu em 1955 na Bahia. A fundação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, em 1987, também contribuiu e segue contribuindo para a publicação de estudos na área. As autoras destacam, ainda, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na década de 1990, que passou a exigir do professor competências como considerar os conhecimentos prévios dos alunos, abordar o ensino de forma interdisciplinar e utilizar os jogos, a história da Matemática e as tecnologias como recursos para o ensino.

Em seguida, Juliana da Rocha e Silva apresenta o capítulo “Ensino sob medida pensado por Luiz Antonio dos Santos Lima: a proposta de higienizar as mentes dos escolares para atingir a educação completa”. Luiz Antonio aliou seus conhecimentos em Educação e Medicina para defender o objetivo de formar mentes sadias e adaptadas para o progresso do Brasil, trabalhando com crianças em idade escolar no Rio Grande do Norte. Assim, o ensino deveria ser ministrado de acordo com o desenvolvimento psíquico de cada aluno, conforme orientações médicas, o que constitui sua ideia de educação sob medida para o alcance da educação completa: atingir o melhor rendimento físico, intelectual e moral.

Com a urbanização e industrialização do país no início do século XX, o crescimento populacional aliado à falta de estrutura física das cidades propiciou condições de vida insalubres, com falta de saneamento básico e condições precárias de higiene. Nesse contexto, os médicos deveriam inspecionar corpos, casas e espaços públicos para erradicar problemas como a desordem, a criminalidade, a ignorância, o alcoolismo, a preguiça e as doenças mentais, considerados empecilhos para o desenvolvimento do país.

Segundo a autora, a proposta de higienização mental era uma estratégia política e educativa com o objetivo de controlar a moralidade e o comportamento para a formação

da identidade nacional. Desse modo, as propostas de Luiz Antonio devem ser consideradas de acordo com os ideais da época, onde a escola era vista como o local para disseminar as práticas de higiene mental, buscando civilizar as crianças, corrigindo maus hábitos e promovendo a disciplina. As ideias de Luiz Antonio, portanto, estão inseridas na concepção de higienização social brasileira do início do século XX, de acordo com a cultura de vigiar e controlar os comportamentos e corpos, sob o pretexto do progresso e da civilidade da nação.

“Antônio Fagundes: o mestre” é o título do capítulo escrito por Maria Arisnete Câmara de Moraes e Janaina Silva de Moraes. As autoras refletem sobre a participação de Antônio Fagundes na educação no Rio Grande do Norte, tendo como foco 54 crônicas sobre educação e ensino escritas por ele e publicadas no jornal “A República” em 1940. Suas crônicas envolviam assuntos como o papel do professor, a leitura, a disciplina, moral e ordem na escola, além do papel dos pais na educação de seus filhos.

Antônio Fagundes possuía referências escolanovistas e considerava a educação como o maior de todos os bens. Além de destacar a grandeza da família e a nobreza da Pátria, Antônio Fagundes destacava a formação do caráter infantil na escola, por meio de virtudes como a lealdade, justiça, honestidade e veracidade. A responsabilidade dos pais e educadores, portanto, seria cultivar essas virtudes na criança com lições de moral e exemplos edificantes e nobres. De acordo com as autoras, escrever sobre o professor Antônio Fagundes é contribuir para a história da educação norte-rio-grandense e para a educação no Brasil.

O capítulo “Rainha do desporto: a eugenia como proposta de Renato Kehl para o ensino de Educação Física nas escolas da Paraíba (1920-1945)”, escrito por Azemar dos Santos Soares Júnior, apresenta os discursos médicos defendendo a eugenia preventiva como modelo para o ensino de Educação Física, tendo o carioca Renato Kehl como principal propagandista. Ele defendia a pureza da raça e a limpeza no país por meio de políticas de esterilização, controle de casamentos e restrição à imigração. Esse modelo foi defendido na Paraíba por Flávio Maroja. Além de abranger problemas sociais, a eugenia era considerada como uma ciência que tinha a higiene como precursora do aperfeiçoamento da humanidade.

Renato Kehl defendia que a educação higiênica combateria doenças contagiosas e conduziria o povo a uma regeneração física, intelectual e moral. Esperava-se nas escolas os primeiros frutos dessa campanha, delineando na população hábitos saudáveis de cuidado com o corpo e contra vícios como jogos e o alcoolismo. Para que o povo saísse de um estado de imundície, considerava-se necessária uma reorganização da educação. A eugenia seria soberana e responsável por tal tarefa, com foco no ensino de Educação Física. Os corpos e almas sadios e robustos seriam o reflexo do civismo desejado pelo Estado nos anos 1930 no Brasil.

Os médicos e defensores da eugenia publicavam em jornais seus argumentos e aliaram-se às discussões sobre a temática da modernidade. Além das mudanças na arquitetura dos prédios e da repaginação das cidades, ocorreram grandes mudanças políticas, como a Revolução de 1930 e a condução de Getúlio Vargas ao cargo de presidente do Brasil. As críticas à falta de interesse do poder público em incentivar a ginástica nas escolas passaram a ser silenciadas ou apresentadas em forma de metáforas, devido à perseguição aos periódicos no período ditatorial.

Havia ainda os “Concursos de Eugenia”, em que os professores deveriam classificar seus alunos em supernormais, normais e anormais e contariam com o auxílio dos médicos para adequar o ensino ao perfil de cada grupo. Para o pódio do concurso, as crianças deveriam ser belas, fortes, saudáveis, higiênicas, resistentes, inteligentes e educadas. Eram publicadas em periódicos orientações sobre como desenvolver na escola o corpo perfeito de acordo com os preceitos da eugenia. Ao longo do capítulo, o autor apresenta trechos e recortes de jornais e revistas das décadas de 1920 e 1930 a respeito da eugenia nas escolas da Paraíba.

Dando sequência ao livro, o capítulo “Modernização do ensino na cidade de Assú durante a Primeira República: Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia” é apresentado por Gilson Lopes da Silva e Marlúcia Menezes de Paiva. Os autores situam o contexto educacional no governo republicano brasileiro no final do século XIX, com a criação de grupos escolares, e ressaltam que as finalidades e a importância das instituições estão relacionadas com o processo histórico e político dos contextos em que estão inseridas. No caso do grupo escolar citado, destacam-se os ideais republicanos para a formação de hábitos de civilidade e patriotismo.

Entre as inovações apresentadas pelos grupos escolares, encontra-se o modelo de escolas seriadas, que se tornou definitivo na educação do século XX, além de documentos fundamentando e regulando o funcionamento e a organização das instituições escolares. Nesse contexto, o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi inaugurado em Assú-RN em 1911, diante dos sinais de desenvolvimento sociocultural e econômico da cidade. Buscando investigar a aplicação das propostas de modernização do ensino nesse grupo escolar, os autores realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental, consultando livros, leis e jornais do período.

Com o estabelecimento da República no Brasil, houve um movimento de reformulação do ensino, suprimindo os modelos vigentes no período imperial. A implantação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi noticiada pelo jornal “A República”, importante veículo de comunicação de Natal-RN, e destacou-se no discurso de inauguração o ensino moderno que seria ministrado, com foco na educação física, moral e intelectual.

“O ensino profissional no Rio Grande do Norte: mapeamento das ações estaduais (1908-1957)” é o título do capítulo elaborado pelas autoras Karla Katielle Oliveira da Silva e Olívia Moraes de Medeiros Neta, a partir de uma dissertação de mestrado, cuja metodologia de pesquisa constituiu-se na análise documental de decretos do governo e regimentos internos das escolas. Segundo as autoras, os documentos oficiais analisados apresentaram indícios significativos sobre a criação de cursos e escolas profissionais no Rio Grande do Norte. Foram identificadas doze instituições criadas pelo Estado, no período de 1908 a 1957, além de oito cursos também voltados ao ensino profissional. A educação deveria difundir as regras de comportamento e valores culturais, conforme os ideais da República naquele período.

O último capítulo do livro é intitulado “O surgimento do ensino infantil na capital do Rio Grande do Norte” e tem autoria de Sarah de Lima Mendes e Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes. Neste capítulo, os autores comentam sobre a primeira instituição de Educação Infantil da cidade de Natal-RN, criada em 1908 junto ao Grupo Escolar Augusto Severo, sendo este o primeiro da cidade e considerado modelo para os demais grupos escolares.

Com o crescimento econômico e social da cidade no início do século XX, um dos primeiros objetivos do ensino moderno foi a formação de professores qualificados para melhorar a educação. Com a criação da Escola Normal de Natal, foi publicado um decreto determinando que as estudantes deveriam ter aulas práticas docentes no Ensino Primário e no Jardim de Infância.

O modelo de educação difundido pelos educadores republicanos modernistas, portanto, era constituído por três instituições: o Jardim de Infância Modelo (Curso Infantil), o Grupo Escolar Modelo e a Escola Normal. Leitura, escrita, cálculo e desenho eram os fundamentos do ensino da criança. Havia também preocupação com a alfabetização no jardim de infância. Com o objetivo de moldar a criança para ser o futuro cidadão, buscava-se educar integralmente o ser intelectual, moral e físico infantil. Com o discurso pedagógico republicano, houve uma supervalorização da escola primária, considerada base para todo o processo que civilizaria e regeneraria a sociedade, gerando o progresso da Nação.

Ao final do livro, é apresentado um breve histórico da formação acadêmica, áreas de pesquisa e atuação profissional de cada um dos autores dos textos que constituem a obra. O livro aqui resenhado apresenta assuntos interessantes situados em diferentes áreas de conhecimento inseridas na história do ensino no Brasil. Para quem deseja saber mais sobre os assuntos apresentados, recomenda-se a leitura dos capítulos do livro, disponível on-line, podendo acessar integralmente os textos dos autores e suas referências bibliográficas.

Recebido em: 05/07/2018

Aprovado em: 15/10/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG

Revista Linhas

Volume 20 - Número 42 - Ano 2019

revistalinhas@gmail.com